



PLANO DE

AÇÃO LOCAL

MUNICÍPIO DE CASCAIS

2018-2021

cascais.pt

CASCAIS

Tudo começa nas pessoas



COORDENAÇÃO:

| | |
|-----------------|---|
| Miguel Arrobas | Diretor Municipal da Coesão e Capacitação Social Coordenador Formal do Programa C.A.C. em Cascais |
| Ana Almada | Departamento de Educação |
| Beatriz Brandão | |
| Patrícia Gago | Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede |
| Pedro Lara | |

EQUIPA RESPONSÁVEL - Mecanismo de Coordenação:

MC - Elementos da CMC

| | |
|---|---|
| Ana Sofia Silva | Divisão de Qualificação Ambiental |
| Carlos Franco/Elsa Saraiva | Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão |
| Catarina Aleluia | Divisão de Promoção e Animação Cultural/Fundação D. Luís I |
| Célia Gonçalves | Divisão de Estudos e Projetos |
| Cláudia Marques | Divisão de Animação e Promoção Cultural |
| Cristina Seco | Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos |
| Cristina Santos | Divisão de Trânsito e Mobilidade |
| Daniel Valente/ Ana Rita Rodrigues | Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território |
| Filipa Bom | Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão |
| Isabel Dias/Joana Sousa/Sofia Rodrigues | Divisão Apoio Pedagógico e Inovação Educativa |
| Joana Fernandes/Adélia Matos | Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes |
| Joana Ventura | Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão |
| João Barros | Divisão de Estudos e Projetos |
| João Palma | Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território |
| Joaquim Gomes | Divisão de Gestão da Estrutura Verde |
| Lara Sá | Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização |
| Luís Cecílio/Carlos Mata | Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização |
| Marta Silvestre/Sara Silva | Divisão de Marca e Comunicação |
| Manuela Madeira/Cláudia Fernando/Patrícia Pires | Divisão de Juventude |
| Miguel Narciso | Divisão de Cidadania e Participação |
| Maria José Ramalho | Departamento de Gestão Territorial – Gabinete de Coordenação e Gestão |

| | |
|---|--|
| Marina Cruz/Helena Assunção | Divisão de Administração e Gestão Educativa |
| Neuza Gonçalves | Divisão de Intervenção Social |
| Sara Dias/M ^a João Gonçalves | Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território |
| Sara Silva/M ^a João Silva | Divisão de Marca e Comunicação/atualmente Div. Juventude |
| Sílvia Duarte | Divisão de Cidadania e Participação |
| Tânia Prudêncio | Divisão de Promoção da Saúde |
| Vânia Fialho | Divisão de Desporto |
| Vanda Reis/Ana Lucas | Divisão de Desenvolvimento de Recursos Sociais |

MC - Elementos das Empresas Municipais

| | |
|----------------------|--------------------|
| Ana Rodrigues | Cascais Ambiente |
| Cristina Vasconcelos | Cascais Próxima |
| Elsa Ferreira | Cascais Envolvente |
| Inês Seabra | Cascais Envolvente |
| Rodrigo Castro | DNA Cascais |

MC - Elementos de outras Entidades do Concelho de Cascais

| | |
|--|---|
| Ana Paula S. Uva Isabel Couto Hortênsia Gouveia | ACES – Cascais |
| Angelina Ribeiro /M ^a Fátima Rocha | PSP |
| Célia Rebelo /Ana Zina | CPCJ Cascais |
| Fernanda Gonçalves/Bruno Bernardes | J. Freguesia S. Domingos de Rana |
| Isabel Godinho | J. Freguesia Alcabideche |
| José Batalha/Judite Paulo | Federação das Associações de Pais - Cascais |
| Cláudia Altas/Sónia Soares | J. Freguesia Carcavelos-Parede |
| Manuela Correia | CPCJ Cascais |
| Rita Serra Coelho Paula Sousa Isabel Santos Sónia Pereira | J. Freguesia Cascais-Estoril |

OUTROS COLABORADORES:

| | |
|----------------------|---|
| Ana Isabel Guerreiro | Consultora independente para os Direitos da Criança |
|----------------------|---|

| | |
|-------------------------|--|
| Catarina Tomás | Professora Adjunta na Escola Superior de Educação de Lisboa - IPL |
| Filipa Ferreira | CMC - Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede |
| Filipa Castro Henriques | Representação da Vice-Presidência/atualmente Departamento Promoção de Talento |
| Isabel Xavier | CMC - Divisão de Cidadania e Participação |
| João Ferrão | Geógrafo e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa |
| Maria João Silva | CMC - Departamento de Educação |
| Sónia Garcia | CMC - Divisão de Promoção do Emprego |

Índice

| | |
|---------------------------|----|
| AGRADECIMENTOS | 8 |
| NOTA DE ABERTURA | 9 |
| INTRODUÇÃO | 10 |
| ENQUADRAMENTO | 12 |
| METODOLOGIA | 15 |
| DIAGNÓSTICO LOCAL | 20 |
| DIMENSÃO ESTRATÉGICA | 22 |
| DIMENSÃO OPERACIONAL | 31 |
| GOVERNAÇÃO | 35 |
| MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO | 39 |
| ANEXOS | 43 |

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer a todos os que participaram nas auscultações públicas que se realizaram em todo o processo de elaboração do diagnóstico e plano de ação local: organizações públicas e privadas, famílias, crianças, jovens e dirigentes da Câmara Municipal de Cascais.

Um agradecimento a todos os diretores de escolas públicas e privadas que proporcionaram, com a reconhecida autorização dos encarregados de educação, a realização dos *workshops* com as crianças e jovens.

A todos os dirigentes das unidades orgânicas da Câmara Municipal de Cascais que prontamente aceitaram este desafio, indicando um elemento para integração no Mecanismo de Coordenação a estar sempre presente e disponibilizar o tempo necessário para a elaboração do documento, tendo sido um processo efetivamente participado e integrado por todas as áreas.

E um agradecimento muito especial a todos os elementos do mecanismo de coordenação pelo envolvimento, presença, capacidade de execução das tarefas necessárias ao processo, a crescente ligação para com o programa e relação com os todos os participantes que se reflete neste documento.

Nota de Abertura

Cascais é, de há alguns anos a esta parte, um dos concelhos que regista maior número de nascimentos no país. Duas das nossas quatro freguesias estão entre as unidades políticas mais jovens de Portugal. Os nossos jovens contribuem para que Cascais esteja no topo da tabela dos concelhos mais escolarizados. Levamos os orçamentos participativos para as escolas e até tivemos a ousadia de transformar o nosso maior evento bianual (as Conferências do Estoril) num acontecimento exclusivamente júnior. Temos dos jovens mais dedicados à sociedade em programas de voluntariado e não é por acaso que nos foi confiada a organização da Capital Europeia da Juventude 2018. Também não é por acaso que somos distinguidos com o galardão da “Autarquia Mais Familiarmente Responsável” nos últimos anos.

Tudo isto tem uma razão de ser: crescer e ser jovem em Cascais é bom.

Cascais sempre se comprometeu com as suas crianças e jovens. Porque ao fazê-lo, está a cuidar do seu futuro como comunidade. Isso passa, naturalmente, pela educação e pela qualidade das nossas escolas. Mas não só por isso. O poder político tem a responsabilidade de criar todas as condições para que as famílias possam criar as suas crianças num ambiente de felicidade e confiança no futuro. É isso que Cascais tem tentado fazer: criando lugares em creche para as famílias mais necessitadas; dando centralidade pedagógica ao brincar como atividade essencial para o crescimento das crianças; criando ludobibliotecas para onde haja a confluência intergeracional e a aprendizagem dos mais novos com os mais velhos; democratizando as tecnologias; e sobretudo, criando espaços públicos sustentáveis, capazes de promover o crescimento ao ar livre e em contacto com a natureza.

Para Cascais os direitos das nossas crianças são inalienáveis. São território sagrado. O direito de todas as crianças viverem em segurança, terem uma família, uma habitação, condições de vida, de saúde e de educação, são direitos pelos quais lutaremos até à exaustão. Lutaremos sempre pelas nossas crianças, especialmente as que se encontrarem em situação de maior fragilidade. Porque se hoje são apenas 20% do nosso presente, as crianças serão 100% do nosso futuro.

Queremos muito que Cascais seja reconhecida como Cidade Amiga das Crianças – apesar de sermos Vila. Tudo faremos para sermos merecedores da vossa confiança e continuar a lutar, ainda com mais vigor, pelos direitos dos nossos cidadãos mais jovens.

Carlos Carreiras

Introdução

A iniciativa Cidades Amigas Crianças, lançada pela UNICEF em 1996, tem como grande objetivo melhorar a qualidade de vida das crianças, reconhecendo e realizando os seus direitos nas decisões, políticas e programas dos municípios e incentivando à adoção de uma política coordenada para as crianças e jovens. Procura-se assegurar o bem-estar de todos/as os/as cidadãos/ãs e em particular dos mais jovens, potenciando a participação das crianças na vida da comunidade e o trabalho em rede entre entidades públicas e privadas envolvidas na defesa dos direitos da criança.

Esta iniciativa reconhece que é no município que se encontram os principais contextos de vida das crianças (como a casa, a rua, o bairro, espaços de educação formal e não-formal, os espaços de convívio e lazer, etc.) e que ele é um forte agente de socialização com um papel fundamental na criação de ambientes ricos, estimulantes e de qualidade que contribuem para o pleno desenvolvimento da criança/jovem.

Neste enquadramento assumem particular relevância os objetivos específicos definidos pelo Comité Português para a UNICEF para este Programa:

- ❖ Implementar políticas locais para as crianças e jovens;
- ❖ Reforçar a perspetiva de direitos da criança na cultura organizacional dos Municípios e das entidades com responsabilidades em áreas relacionadas com as crianças;
- ❖ Promover a participação das crianças na vida da comunidade,
- ❖ Fomentar a ação concertada entre todos os atores com impacto na vida das crianças, incluindo sectores municipais, entidades públicas e privadas. *(Comité Português da UNICEF in “Guia para a Construção de Cidades Amigas das Crianças”, 2016)*

De forma a responder aos requisitos colocados por este Programa, e da vontade e pertinência de se elaborar um Plano de Ação Local que tenha por base os Direitos da Criança, surge a necessidade de analisar a realidade das crianças e jovens do concelho e refletir de que forma as instituições e as práticas profissionais estão a contribuir para as diferentes dimensões do seu bem-estar e qualidade de vida.

Assim, a concretização do compromisso do município com o Programa e com a CDC parte do Mecanismo de Coordenação, que recolheu uma grande quantidade de informação fruto dos contributos de quase todos os setores da autarquia e entidades locais cuja intervenção tem impacto mais ou menos direto na qualidade de vida e bem-estar das crianças e jovens, mas também um conjunto valioso de dados recolhidos diretamente junto destes últimos e famílias, e um número considerável de organizações públicas e privadas de Cascais.

Temos presente que os vários serviços da autarquia, bem como as diferentes entidades locais, produzem a partir das suas intervenções muita informação relevante para um retrato sobre a Infância (0-18 anos) em

Cascais, mas temos presente também que todos estes dados nunca foram compilados, organizados e sistematizados de forma a produzir-se um olhar global, pelo que podemos considerar este Diagnóstico e Plano como um primeiro esforço coletivo nesse sentido.

O “coletivo” aqui assume particular importância. É um coletivo que representa muitas estruturas internas da autarquia e diferentes entidades locais que, arriscamos dizer, nunca tinham estado juntas para debater e desenvolver uma perspetiva integrada sobre a Infância. E este dado, só por si, é muito significativo.

A consideração do superior interesse das crianças, o respeito pelas suas capacidades em desenvolvimento e o direito à participação são alguns dos princípios orientadores que nortearam este processo. No entanto, esteve também presente que todos em Cascais são peças-chave sem as quais não se pode deixar de contar se queremos, de facto, investir nas crianças, pelo que a participação de diferentes elementos da comunidade foi fundamental.

Dado que a CDC reconhece as crianças como atores sociais e sujeitos de direitos que, pela especificidade da sua fase de vida, têm necessidades específicas que requerem cuidados e medidas de proteção, provisão e participação também específicos, este “coletivo” que atrás referimos alarga-se quando se entende como fundamental o envolvimento e participação das crianças e jovens neste processo, dando voz às suas visões, necessidades e prioridades, em linha com as diretrizes da UNICEF e da Estratégia 2016-2021 do Conselho da Europa para os Direitos das Crianças, nomeadamente o direito à Participação.

Finalmente, este “coletivo” traduz também a participação e os olhares das Famílias, o primeiro contexto de vida da criança e a sua primeira referência, que se constitui como uma das principais partes interessadas na boa implementação de medidas que a médio e a longo prazo este Plano irá produzir no dia-a-dia dos seus filhos.

Enquadramento

De acordo com a orientação do Comité Português para a UNICEF, no “Guia para a Construção de Cidades Amigas das Crianças” (2015), o Mecanismo de Coordenação (MC) é o responsável por delinear e acompanhar o desenvolvimento do Programa ao nível do Município. Como vimos atrás, esta é uma equipa constituída por elementos de quase todos os setores municipais e de algumas instituições e entidades da comunidade relevantes no trabalho com e para as crianças.

O arranque deste trabalho teve o seu início com um conjunto de encontros de apresentação do programa dinamizados pelo Coordenador formal e equipa de coordenação para envolvimento dos dirigentes e técnicos da autarquia e das entidades locais que integram o MC. Neste contexto foram explicitados os grandes objetivos e as etapas a seguir, e enquadraram-se os Direitos da Criança e o compromisso assumido com a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

A equipa procurou um elaborar o diagnóstico e o PAL , tendo em vista:


- I. Que fosse de natureza participativa, permitindo o exercício da Cidadania e a participação nos processos de tomada de decisão dos diferentes elementos da comunidade, bem como o seu envolvimento consciente na mudança e transformação da sua realidade.
- II. Baseando-se na necessidade de conhecimento sobre a realidade local como ponto de partida para as decisões sobre a intervenção futura, não apenas nos seus aspetos mais descritivos ou quantitativos, mas também do ponto de vista da perceção subjetiva dos atores locais sobre as suas vivências no contexto local, tendo como matriz desse olhar a Convenção sobre os Direitos da Criança.
- III. Que gerasse sinergias não apenas a partir dos resultados obtidos, mas ao longo de todo o processo, contribuindo desde o seu início para uma construção coletiva e ativa da mudança que se pretende entre a realidade atual e a futura.
- IV. Que contribuísse para o desenvolvimento de um olhar integrado e em rede sobre a Infância (0-18 anos), partindo da articulação dinâmica entre as diferentes organizações que compõem a Comunidade de Cascais.

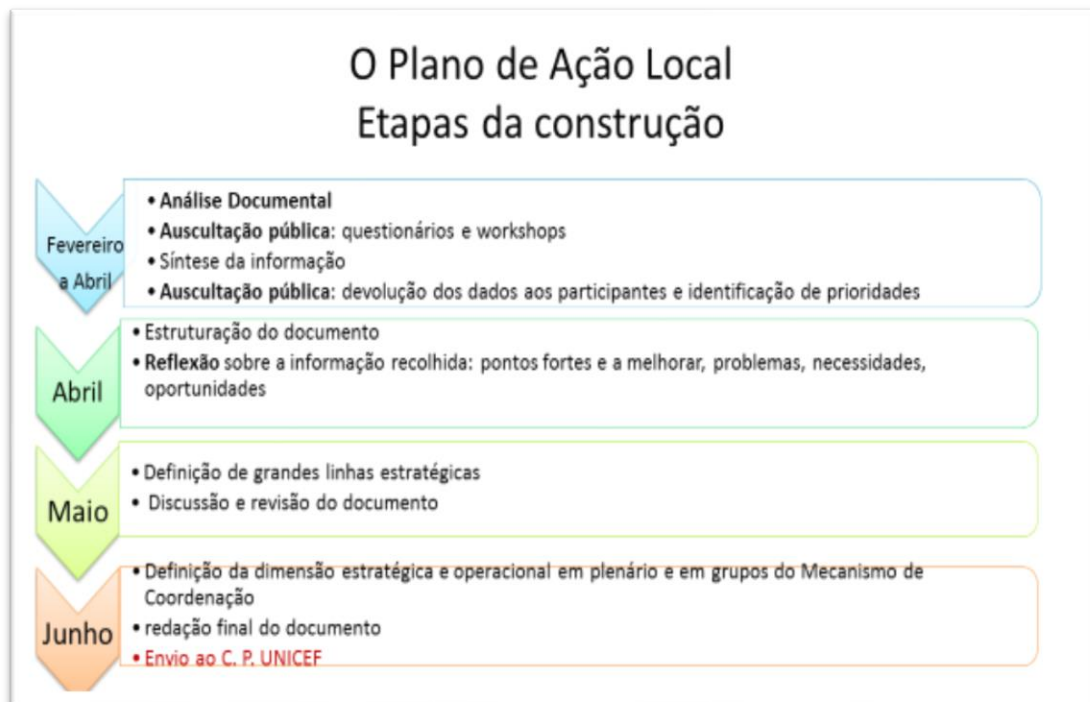
Entre janeiro e junho, seguiram-se uma série de reuniões muito participadas do MC para:

- Discutir os passos a seguir para a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Ação Local (PAL)
- Definir uma planificação do trabalho
- Organizar e distribuir tarefas
- Recolher dados
- Analisar os dados

→ Definir as áreas temáticas a integrar no PAL

ETAPAS DO DIAGNÓSTICO LOCAL - previstas pelo C. P. UNICEF

| Etapas | Cronograma |
|---|--|
| Caracterização sociodemográfica e geográfica | Janeiro |
| Identificar áreas com impacto na vida das crianças a incluir no diagnóstico | Janeiro |
| Identificar serviços da responsabilidade do município com intervenção com impacto nas crianças | Janeiro |
| Identificar as políticas, programas e projetos existentes na área geográfica do município | Janeiro - Fevereiro |
| Identificar e auscultar os stakeholders relevantes (públicos e privados) | Janeiro: Identificar Fevereiro – Março: Auscultar |
| Definir metodologias e/ou instrumentos de recolha/produção de informação | Janeiro |
| Identificar e analisar documentação disponível | Janeiro: identificar Analisar: Fevereiro-Abril |
| Realizar uma recolha e análise estatística | Fevereiro – Março-Maio |
| Recolher ou produzir e analisar informação qualitativa e quantitativa | Fevereiro-Abril |
| Identificar e caracterizar problemas, necessidades, recursos, pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças | Maio-Junho |
| DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO  | Junho PLANO DE AÇÃO LOCAL |



Estas planificações foram aprovadas pelo Mecanismo de Coordenação em Janeiro de 2017. Ao longo do processo tiveram que ser feitos ajustes ao calendário inicial, sendo que a fase de recolha e tratamento dos dados de auscultação pública se prolongou até início de junho.

Por constrangimentos que surgiram na fase de tratamento e análise de dados não foi possível realizar a 2ª fase de auscultação prevista que procurava envolver todos os participantes na identificação das linhas estratégicas. Ainda assim, é intenção do MC concretizar este objetivo dinamizando um conjunto de sessões junto dos vários grupos setoriais já inquiridos, aproveitando para recolher contributos sobre eventuais ajustes e medidas para o PAL.

Consoante o tipo de trabalho a desenvolver o MC reunia-se completo em plenário ou por grupos de áreas de proximidade ou cada elemento preparava individualmente o seu contributo. Este ciclo revelou-se prático, deu espaço à discussão em grupo e à reflexão individual, permitindo ganhar tempo e não sobrecarregando a equipa com muitas reuniões, o que poderia ter gerado alguma saturação.

Este processo foi ele próprio formativo no sentido em que foi permitindo a uma equipa de tamanho considerável e sem grandes conhecimentos prévios sobre a CDC assimilar progressivamente o desafio que se assumiu quando aderimos ao Programa, os seus princípios e os seus objetivos.

Pensando globalmente em todo o processo, consideramos que todo o trabalho desenvolvido respondeu aos objetivos iniciais e consolidou toda a informação no sentido de se encontrarem eixos prioritários de uma intervenção concertada no município de Cascais.

Estamos convictos que o início do trabalho em rede a partir de um olhar concertado com foco na Infância; a identificação da realidade da infância no município, dos seus aspetos positivos e a melhorar; o processo de construção que pôs em prática o direito à participação, e o conjunto de ideias inovadoras diretamente relacionadas com a infância e juventude que surgiram vão seguramente contribuir para uma cidade que reflete mais e melhor o superior interesse da criança.

Metodologia

A elaboração do Plano de Ação Local pressupõe um conhecimento aprofundado da situação da infância no município nas suas diversas dimensões, que se assuma como base fundamental de um trabalho articulado e em rede entre as diversas entidades e organizações, para levar a cabo a concretização efetiva dos Direitos da Criança. Assim, estruturou-se um diagnóstico de natureza qualitativa que decorreu entre janeiro e junho de 2017 que permitisse conhecer a situação de partida do município.

A fase de recolha de informação decorreu de fevereiro a maio e contemplou análise documental, dados de estatística e auscultação pública a vários grupos setoriais (organizações públicas e privadas, famílias, crianças, jovens e município).

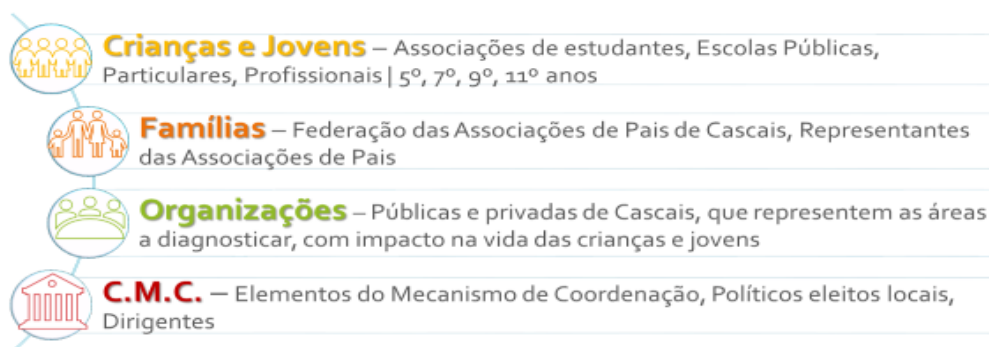
→ Metodologia - Diagnóstico

O diagnóstico foi elaborado essencialmente numa perspetiva qualitativa relativamente aos direitos das crianças e à realidade do município nesta área. O trabalho incidiu particularmente no levantamento de informação junto das mais diversas áreas da Câmara Municipal de Cascais, bem como das entidades externas como Juntas de Freguesia, PSP, Agrupamentos de Centros de Saúde de Cascais, 5 empresas municipais, a CPCJ de Cascais, a Federação das Associações de Pais de Cascais, Escolas públicas e privadas e Organizações públicas e privadas do concelho.

A estratégia de recolha de informação qualitativa permitiu um retrato abrangente no que se refere aos conhecimentos, perceções, e situação da Infância (0-18 anos) em Cascais.

Para tal, foram consultados dados quantitativos tendo como fonte de informação o INE e PORDATA, quer dados qualitativos através da análise de documentos elaborados da Câmara Municipal de Cascais e entidades externas.

Auscultação pública - Participantes



| GRUPOS SETORIAIS | Composição dos diferentes grupos |
|--------------------------|--|
| Organizações | CMC - Mecanismo de coordenação, eleitos locais e dirigentes Organizações públicas e privadas Diretores de escolas públicas e particulares - Diretor e subdiretor de cada escola e agrupamento |
| Família | Representantes das Associações de Pais dos estabelecimentos de ensino público e particular |
| Crianças e Jovens | Alunos de diferentes faixas etárias e níveis de ensino, dos ensinos público, privado e profissional, de escolas mais junto à linha litoral vs. escolas mais do interior do concelho. Escolas particulares 2 Escolas públicas 7 |

De modo a complementar a informação aferida, realizaram-se workshops e questionários online a diferentes atores, incluindo as próprias crianças, de modo a direcionar o levantamento de informação em grandes áreas de impacto nos seus direitos e qualidade de vida. A partir dos workshops obteve-se uma breve descrição dos níveis de perceção de diferentes grupos do concelho de Cascais sobre aspetos gerais de Cascais e, nos questionários online, as perguntas foram direcionadas para as áreas a diagnosticar, o que nos permitiu aferir mais diretamente questões específicas. As áreas de diagnóstico acabaram por servir de base para a definição das áreas temáticas do PAL, uma vez que compreendiam diferentes áreas de atuação do município com impacto na qualidade de vida das crianças e jovens.

A fase de auscultação pública foi uma das mais importantes para a elaboração do diagnóstico pelo envolvimento que gerou no próprio programa, mas sobretudo porque conta com a participação direta dos principais interessados deste plano.



Auscultação pública



Resumo da metodologia para auscultação pública

| GRUPOS SETORIAIS | Crianças e Jovens (10 aos 18 anos) | Organizações públicas e privadas | Famílias (Associações de Pais) | Município (diretores de departamentos e elementos do mecanismo de coordenação do programa) |
|--|---|------------------------------------|------------------------------------|--|
| Nº DE TOTAL DE PARTICIPANTES | 203 | 83 | 20 | 56 |
| FORMA DE AUSCULTAÇÃO | Workshop Questionário | Workshop Questionário | Workshop Questionário | Workshop Questionário Reuniões |
| Nº DE PARTICIPANTES POR FORMA DE AUSCULTAÇÃO | Workshop 203 Questionário 203 | Workshop 83 Questionário 35 | Workshop 20 Questionário 91 | Workshop - 35 Questionário - 21 Reuniões MC - 1 |
| Nº DE SESSÕES | 9 | 10 | 1 | Workshop 3 Reuniões MC 3 |
| Metodologia Dos Workshops | <p><u>Sessões:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Duração de 2h, - Locais: Centro Cultural de Cascais Escola Secundária de S. João do Estoril em salas de aula - Nas sessões com crianças e jovens foi solicitada a presença do professor que acompanha a turma, previamente informado e esclarecido através duma Nota explicativa entregue com antecedência. - As sessões foram dinamizadas por 12 elementos do mecanismo de coordenação, todos com experiência em trabalho de sessões participativas e dinâmica de grupo, que tinham um guião previamente definido para uniformização de critérios para a dinamização e registo | | | |
| Dinâmica Das Sessões | <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do programa CAC • Preenchimento de um questionário com parâmetros dimensões estipuladas pelo Comité Português para a UNICEF • Dinâmica baseada na análise SWOT: <p>- Nas sessões com crianças e jovens foi solicitada a presença do professor que acompanha a turma, previamente informado e esclarecido através duma Nota explicativa que foi entregue com</p> | | | |

| | |
|---|---|
| | <p>antecedência.</p> <p>- As sessões foram dinamizadas 12 elementos do mecanismo de coordenação, todos com experiência em trabalho de sessões participativas e dinâmica de grupo, que tinham um guião previamente definido para uniformização de critérios para a dinamização e registo</p> |
| CONTEÚDO DOS INSTRUMENTOS DE AUSCULTAÇÃO | |
| 1 - "Questionários individuais online": de perguntas fechadas; para identificar áreas prioritárias de ação para a melhoria das condições de vida das crianças e jovens. | |
| <p>Os questionários utilizados foram adaptados do original em inglês, "Child Friendly Cities Final Toolkit" no site Child Friendly Cities: http://childfriendlycities.org/research/final-toolkit-2011/ , são baseados na Convenção dos Direitos da Criança e na Child Friendly Cities Framework for Action e foram desenhados para apoiar as entidades locais no trabalho de implementação da Convenção ao nível local.</p> <p>1 questionário para crianças e jovens 1 questionário para Pais/Famílias 1 questionário para Organizações da comunidade 1 questionário para a CMC – utilizado como check list que permite à autarquia aferir em que ponto se encontra internamente quanto ao desenvolvimento de medidas e políticas que promovem os direitos da criança</p> | |
| 2. Workshops: colocaram-se algumas questões abertas relativamente ao que consideram mais importante para que Cascais seja reconhecida como vila Amiga das crianças. | |
| <p>Adultos</p> <p>Foram colocadas 6 questões, por mesa e foi pedido aos participantes que, em tempos de 15 minutos que em grupo de 10 pessoas registassem todas as suas opiniões que consideram importante ser tida em conta. A dinâmica e o registo das sessões foram feitos por dois moderadores.</p> <p>Questões:</p> <p><u>1º Grupo de questões 1ª mesa</u> a) Pensando nas crianças (0 aos 18), o que salientaria no concelho de cascais como mais adequado ou pensado em sua (delas) função? b) Nesta mesma lógica, o que considera que faria falta (pode identificar a zona/freguesia)</p> <p><u>2º Grupo de questões 2ª mesa</u> O que considera que, existindo em Cascais, pode ainda ser melhorado no sentido duma melhor adequação a esta faixa etária?</p> <p><u>3º Grupo de questões 3ª mesa</u> Em que tipo de questões /assuntos, considera importante que se recolha a opinião das crianças e jovens? (as crianças sejam auscultadas /ouvidas)</p> <p><u>4º Grupo de questões 4ª mesa</u> Considera Cascais um concelho amigo das crianças? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Porquê? Oportunidades Constrangimentos</p> | <p>Crianças e Jovens</p> <p>Foram colocadas 4 questões, em plenário foi pedido a todas as crianças e jovens que, em tempos de 15 minutos dessem todas as suas opiniões sobre o que consideram importante ser tida em conta. O registo das sessões foi feito por dois moderadores</p> <p>Questões:</p> <p><u>1º Grupo de questões 1ª mesa</u> - O que gosto mais em cascais? -O que gostava de ver mais em Cascais?</p> <p><u>2º Grupo de questões 2ª mesa</u> - O que pode ser melhorado em Cascais?</p> <p><u>3º Grupo de questões 3ª mesa</u> - Que espaços/formas conheces onde podes expressar a tua opinião?</p> <p><u>4º Grupo de questões 4ª mesa</u> Achas que Cascais é amiga das Crianças? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Porquê?</p> |

Concluídos os **21 workshops** pelos vários grupos setoriais e a aplicação dos questionários procedeu-se ao tratamento da informação recolhida, tendo por base uma análise qualitativa que consistiu numa análise de conteúdo, complementada de uma análise quantitativa, realizada em Excel e SPSS.

→ **Metodologia global**

Resume-se abaixo todo o processo de construção desde o Diagnóstico ao PAL:

Metodologia para elaboração do Plano de Ação Local

| Etapas | | Como foi desenvolvido |
|------------------|--|--|
| Recolha de dados | Dados da análise documental | Os dados foram recolhidos por cada elemento do mecanismo de coordenação da sua área de intervenção e compilados pela equipa de coordenação. |
| | Dados da análise estatística | Recolha de dados nos diferentes documentos da CMC e outras entidades do MC, sendo complementados com informação recolhida no INE e no PORDATA. |
| | Dados de auscultação pública | Conforme metodologia descrita atrás. |
| Análise | Em plenário foi feita a apresentação e análise dos dados bem como a síntese dos aspetos positivos e a melhorar para cada área servindo de base para a definição das áreas temáticas | |
| Conclusões | Em plenário foi feita a definição da dimensão estratégica e operacional em modelo World Café, sendo as propostas de correções e ajustes feita pelos diversos elementos do MC. A equipa de coordenação reuniu toda a informação e fez a redação do documento final. | |

Diagnóstico Local

A elaboração do Plano de Ação Local decorre do trabalho desenvolvido por um número muito significativo de elementos das diferentes estruturas orgânicas municipais, empresas municipais, organizações públicas e privadas, federação da associação de pais, crianças, jovens e famílias, que participaram na realização do Diagnóstico Local (anexo A).

Realizou-se um levantamento exaustivo de toda a informação relevante dos diferentes serviços da Câmara Municipal e das Entidades do Mecanismo de Coordenação com implicação direta na vida das crianças, e uma auscultação pública através da aplicação de questionários e dinamização de um conjunto de workshops.

Ao longo de todos estes processos foi notório o envolvimento, a adesão e a motivação crescentes de todos os envolvidos, numa área que até agora era para muitos desconhecida ou para a qual não relação direta com os seus conteúdos funcionais. Este extraordinário empenho do Mecanismo de Coordenação e de todos os restantes elementos que participaram neste desafio, é um sinal muito positivo para a prossecução do Plano de Ação Local.

A fusão da informação recolhida em fases distintas e de formas separadas, permitiu aferir da homogeneidade de questões/medidas identificadas, quer a manter quer a melhorar, das quais se segue uma súpula do mais relevante para a definição das áreas temáticas do PAL:

- Até à data, não foi feito nenhum trabalho de planeamento com as crianças e jovens e não existem espaços formais de participação das crianças;
- A grande assimetria entre o interior e o litoral do concelho;
- O levantamento do nº de crianças em situação de exclusão social ou vulnerabilidade;
- A delinquência, saúde mental, o abandono escolar e o insucesso escolar;
- Uma escola que contribua para o desenvolvimento de competências para a vida, com integração de aprendizagens não formais e valorização do espaço público como agente educador;
- A comunicação e redes de partilha entre escola e comunidade, potenciando a escola como um espaço de e para a comunidade;
- A resposta e acessibilidade de programas de férias a famílias mais carenciadas, e de programas de ocupação para jovens (férias e voluntariado);
- A requalificação dos bairros e das zonas de lazer/brincar, a implementação de medidas de eliminação de barreiras arquitetónicas, segurança e de acessibilidade nestes e noutros espaços públicos;
- A melhoria das acessibilidades dos transportes;
- Maior qualificação das diferentes ofertas quer culturais, quer desportivas, quer de tempo livre e lazer;
- A sustentabilidade dos espaços naturais;
- A capacitação técnica dos vários profissionais intervenientes, *stakeholders*, comunidade em Direitos das Crianças e a Convenção dos Direitos da Criança;

- O desconhecimento do que a própria Câmara Municipal tem, nos diferentes serviços, na área da Infância, revelando uma significativa falta de informação e partilha entre serviços.
- Concluimos ainda que até à data, independentemente de ações pontuais, não houve um investimento estruturado e concertado sobre o conhecimento dos direitos da criança e a aplicação prática da Convenção dos Direitos da Criança.

A partir da análise dos dados e das suas principais conclusões o Mecanismo de Coordenação fez a reflexão conjunta sobre as grandes áreas temáticas que constituem a base estratégica do PAL:

Áreas Temáticas

Área Temática 1 – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, STKAHOLDERS E COMUNIDADE

Áreas Temática 2 – GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Área Temática 3 – FAMÍLIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO

Área Temática 4 – CULTURA, DESPORTO, TEMPOS LIVRES, LAZER

Área Temática 5 – SEGURANÇA, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Área Temática 6 – AMBIENTE, ENERGIA E SUSTENTABILIDADE

Dimensão Estratégica

De seguida apresenta-se o quadro resumo dos objetivos estratégicos que foram construídos para cada área temática e de seguida os respetivos indicadores de impacto e estratégias. No anexo B pode consultar-se com a dimensão operacional em relação com a dimensão estratégica.

SÍNTESE DA DIMENSÃO ESTRATÉGICA

| ÁREA TEMÁTICA | OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS |
|--|--|
| 1. Capacitação Dos Profissionais, Stakeholderse Comunidade | OE1.1. Criar uma visão integrada e abrangente, sobre as crianças e jovens de Cascais, para decisões mais qualificadas |
| 2. Governança Participaçãoe Comunicação | OE2.1. Incorporar a perspectiva das crianças/jovens nas políticas municipais OE2.2. Garantir a Gestão do Mecanismo de Coordenação (MC) e Apropriação PAL OE2.3 Promover a comunicação e o conhecimento do PAL e dos Direitos das Crianças |
| 3. Família, Saúde, Educação | OE3.1. Contribuir para o desenvolvimento integral e o bem-estar da criança/jovem |
| 4. Cultura, Desporto, Tempos Livres, Lazer | OE4.1. Qualificar e adequar a oferta nas áreas da Cultura, Desporto, Tempos Livres e Lazer com a participação de crianças/jovens |
| 5. Segurança, Mobilidade e Acessibilidade | OE5.1. Implementar medidas integradas de segurança, mobilidade e acessibilidade aplicadas ao Espaço Público |
| 6. Ambiente, Energia e Sustentabilidade | OE6.1. Contribuir para o bem –estar das populações e para a sustentabilidade dos espaços naturais |

Globalmente, procurou-se que a estratégia fosse, por um lado, de encontro aos principais dados resultantes do diagnóstico realizado e, por outro, que cobrisse as diferentes áreas dos direitos das crianças e jovens, considerando as áreas de intervenção municipal com impacto no seu dia-a-dia, o que resultou nas 6 áreas identificadas e nos respetivos objetivos estratégicos.

Temos presente a tendência mais ou menos consciente para nos especializarmos e fecharmos na nossa intervenção, pelo que se pode verificar que várias medidas ao longo do PAL concorrem para os resultados de diferentes objetivos estratégicos.

Houve também a preocupação de fazer articular no PAL os planos, projetos, medidas ou ações que já estavam em curso ou planeados de modo a promover maiores intersecções entre as diferentes intervenções ou, por outro lado, encontrar áreas comuns com intervenções dispersas por diversos serviços/entidades, mas sem foco estratégico e dar-lhes unidade e fio condutor (exemplo: participação na área 2, ou brincar e soft skills na área 3).

Consideramos todas as áreas com igual importância, na medida em todas concorrem para a realização dos direitos das crianças nas várias dimensões que uma cidade oferece enquanto contexto de vida, mas dum ponto de vista estratégico para a sustentabilidade do próprio programa em Cascais, as áreas 1 e 2 são chave:

- Em relação à área 1:

- porque apesar da sensibilidade que todos demonstram à importância de se salvaguardarem os direitos das crianças, na prática o desconhecimento sobre a sua operacionalização na prática é muito significativo.
- Ou seja, é fundamental a sensibilização e capacitação de grupos-alvo específicos, nomeadamente as equipas e serviços/entidades de onde vêm os elementos que compõem o Mecanismo de Coordenação, numa lógica de apoio interno ao próprio mecanismo que é, no fundo, uma aposta na sua sustentabilidade e força. Idealmente estes grupos serão eles próprios formadores de outros grupos.
- porque apesar de a construção do PAL ter articulado um nº elevado de elementos e entidades, ainda é um plano e um trabalho relativamente desconhecido internamente, facto que não é ajudado pela pouca visibilidade pública da iniciativa da UNICEF.

- Em relação à área 2:

- porque é uma área que congrega vários aspetos chave para a sustentabilidade do PAL: a participação de crianças e jovens, o funcionamento do próprio Mecanismo de Coordenação e a implementação do PAL com crianças e jovens, o cuidar do sistema de monitorização e avaliação, ou a comunicação do programa com crianças e jovens e com a comunidade
- porque a participação é um direito e um princípio central à iniciativa Cidades Amigas das Crianças, a definição de uma estratégia comum (plano municipal para a participação de crianças e jovens) que dê sentido partilhado aos objetivos e metodologias para processos participativos de crianças e jovens no âmbito municipal é um dos aspetos centrais do PAL que articula as diversas áreas de intervenção.

Estamos conscientes de que perante os dados do diagnóstico haveria uma diversidade de caminhos e estratégias para tornar o município de Cascais mais amigo das crianças e jovens. Este caminho, este PAL que fomos construindo, é a nossa versão 1.0. Muito provavelmente já lhe mudaríamos alguns aspetos, fruto da aprendizagem que fomos fazendo ao longo da sua construção, e certamente muita aprendizagem virá ainda fazer-nos refletir sobre as nossas opções. Ainda assim, a preocupação em cuidar do mecanismo de coordenação enquanto peça chave do sucesso desta iniciativa, a cooperação e articulação em diferentes áreas de atuação, o enfoque sistémico no território com os diversos sectores, a participação de todos, miúdos e graúdos, e a comunicação para dentro e para fora serão algumas das estratégias transversais a todas as áreas deste plano.

| ÁREA TEMÁTICA | OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS | INDICADORES DE IMPACTO | ESTRATÉGIAS |
|---|---|--|---|
| 1. Capacitação Dos Profissionais, Stakeholders e Comunidade | OE1.1. Criar uma visão integrada e abrangente, sobre as crianças e jovens de Cascais, para decisões mais qualificadas | <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento do conhecimento por parte dos técnicos e dirigentes sobre o PAL e a CDC. 2. Nº e % de entidades/serviços que dinamizou outras atividades sobre os direitos das crianças 3. % entidades/serviços do MC que utilizam o PAL nas suas práticas com um foco nos direitos das crianças 4. Nº de organizações locais que incorporam a lente da CDC nas suas atividades 5. Nº de interlocutores nas escolas que adequaram a sua atuação e capacitaram outros intervenientes na comunidade educativa na identificação/prevenção de situações de maus tratos em crianças/jovens | <ul style="list-style-type: none"> - Capacitando profissionais e stakeholders - Sensibilizando a comunidade em geral - Levando as decisões e escolhas de decisores municipais e educativos a terem presente a CDC - Alargando o quadro de pensamento de decisores e população em geral |
| | | <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento do conhecimento por parte dos técnicos, dirigentes e Órgão Executivo sobre as políticas de infância do município e da CDC. 2. Nº e % de escolas que dinamizou outras atividades sobre os direitos das crianças 3. % de professores que utiliza uma abordagem centrada nos direitos das crianças 4. Nº de crianças/jovens que fizeram uma reclamação referente a uma violação de direito(s) nos últimos 12 meses 5. Nº de escolas que integram a CDC nos seus Projetos Educativos e regulamentos internos | <ul style="list-style-type: none"> - Divulgando o PAL |
| 2. Governança, Participação e Comunicação | OE2.1. Incorporar a perspetiva das crianças/jovens nas políticas municipais | <ol style="list-style-type: none"> 1. As crianças/jovens, que participam no OP têm experiências de participação significativas e entendem como as suas vozes fazem a diferença localmente 2. Nº de crianças e jovens formadores de outras crianças e jovens 3. Nº de crianças e jovens que avaliam positivamente o OPJ <ol style="list-style-type: none"> 1. Nº de assembleias de turma que passam a funcionar com a iniciativa a Voz dos Jovens 2. Nº de delegados de turma e professores que referem a utilidade e pertinência da iniciativa a Voz dos Jovens para o reforço do seu papel 3. Nº participantes e delegados de turma a referirem a pertinência da iniciativa com utilidade para a sua escola/turma 4. Inclusão das Assembleias de Escola no Projeto Educativo e no P.A.A. 5. Conclusões das reflexões das várias temáticas discutidas em Plenário 6. % de Crianças que considera as Assembleias uma ferramenta útil para defesa dos seus interesses 7. % de Crianças que considera o Sindicato uma ferramenta útil para defesa dos seus interesses 8. Nº de departamentos da CMC e entidades que passam a integrar as perspetivas das crianças/jovens no seu planeamento e intervenção; 9. % de crianças que referem terem participado de modo efetivo e significativo na elaboração do Plano e na implementação/avaliação das medidas; 10. % de crianças de grupos desfavorecidos que participam. | <ul style="list-style-type: none"> - Aumentando a participação informada das crianças/jovens - Aumentando a capacidade de decisão das crianças/jovens em todas as áreas da vida - Incorporando as suas propostas e avaliações na elaboração das políticas locais públicas (autarquias) - Tendo presente informação estatística e qualitativa de caracterização local deste grupo etário (0-18anos) - Garantindo a implementação e melhoria contínua do PAL - Promovendo uma comunicação adequada e acessível com crianças e jovens - Apostando numa gestão eficaz do PAL com a participação de crianças e jovens |

OE2.2.Garantir a Gestão do Mecanismo de Coordenação (MC) e Apropriação PAL

1. Nº de crianças /jovens que referem a utilidade e pertinência dos Dias Abertos do Poder Local para aproximação aos seus representantes locais
 2. Nº de crianças /jovens que aumentam o seu conhecimento sobre o funcionamento e intervenção das estruturas de poder local
 1. Nº de medidas de revistas e adaptadas no planeamento do Município, de acordo com as sugestões das crianças/jovens.
 2. Aumento crianças/jovens que com regularidade participam no planeamento/gestão territorial
 1. Nº de propostas feitas nas estruturas formais de participação que são adotadas nas políticas do município e das juntas de freguesia
 2. Nº de crianças que consideram ter voz ativa nos processos de tomada de decisão
 3. Nº de decisões do Conselho de Crianças e Jovens que influenciaram decisões nas reuniões de câmara
 4. Aumento, em 20%, das crianças/jovens participantes nas ações de capacitação, dos níveis de participação
 5. % de escolas que criou Conselhos de Crianças/jovens
 1. % Medidas revistas do PAL
 2. São identificadas áreas de impacto positivo na situação das crianças/jovens do município
 3. As entidades locais reconhecem e utilizam a informação estatística e qualitativa de caracterização local do grupo etário (0-18)
- (comum a OO1.1 de OE1.1)
(comum a OO1.1 de OE1.1)

OE2.3 Promover a comunicação e o conhecimento do PAL e dos Direitos das Crianças

1. % de técnicos formados que analisou o impacto do seu plano de trabalho nos direitos das crianças;
1. Nº de recomendações ao município e outras entidades locais que resultam do Fórum para melhoria do seu bem-estar e qualidade de vida
2. % de crianças/jovens que consideram o Fórum relevante para a defesa dos seus direitos
3. % de serviços e entidades que consideram o Fórum relevante para a sua intervenção no âmbito dos direitos das crianças
1. Relatório sobre a situação da infância/juventude no município de Cascais de 4 em 4 anos.
2. Nº de departamentos que mudou os seus processos de decisão e planeamento, ajustando-os aos princípios da CDC
1. Satisfação dos elementos do MC com plataforma comum online de comunicação e partilha de informação/documentação;
2. Nº de elementos que consideram os instrumentos de comunicação úteis e eficazes para a comunicação do MC e gestão da implementação do PAL
3. Nº de elementos que refere conhecer e estar a par das medidas de todos e dos seus resultados
1. N.º de utilizadores da plataforma
2. Nº e % de crianças/jovens que referem positivamente a adequabilidade, interesse e eficácia das adequações realizadas e dos suportes criados junto de diferentes faixas etárias entre os 0-18 anos
3. Nº de medidas de melhoria na comunicação do município com os cidadãos 0-18 anos realizadas propostas por crianças e jovens
1. % de utilizações dos materiais e Kit pedagógico
2. % avaliações dos materiais e do seu interesse para os públicos-alvo
1. N.º e % de elementos da comunidade escolar que referem conhecer que Cascais é Cidade Amiga das Crianças
2. N.º de /Unidades orgânicas CMC/Entidades do Mecanismo de Coordenação que referem conhecer que Cascais é Cidade Amiga das Crianças
1. Nº de unidades orgânicas CMC e entidades que utilizam o Selo Cidade Amiga das Crianças, de forma transversal nas atividades que integram o Programa

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>3. Família, Saúde, Educação</p> | <p>OE3.1. Contribuir para o desenvolvimento integral e o bem-estar da criança/jovem</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Nº de atendimentos e nº de situações satisfatoriamente resolvidas... 2. As famílias, as crianças e os jovens com problemas de saúde mental reconhecem a valorização desta problemática através das ações concretas levadas a cabo; 3. Há um aumento não inferior a 15% do número de crianças, jovens e famílias apoiadas 1. Aumento das medidas de atuações preventivas na área da saúde infantil; 2. Aumento de implementação de projetos e programas longitudinais na área da Saúde Infantil; 3. Aumento de informação e conhecimento, por parte das crianças, professores, Assistentes Operacionais e Famílias sobre as áreas prioritárias identificadas e recursos concelhios; 4. Aumento do nº de crianças que adquiriram competências psicossociais que contribuam para o bem-estar e ajustamento psicológico; 5. Aumento de % de professores capacitados na área da saúde infantil; 1. Aumento da % de crianças que aderem aos programas do leite, fruta e lanche escolares 2. % de crianças, famílias e docentes que fazem sugestões de melhoria dos programas do leite, fruta e lanche escolares 1. Aumento da % de crianças/jovens que aderem à refeição escolar 2. Aumento da % de crianças/jovens que tem acesso a ementas nutricionalmente adequadas 3. Os critérios de elaboração das ementas são permanentemente avaliados e reavaliados de concurso para concurso 1. Diminuição da % de crianças e jovens obesas 2. Aumento da % de crianças e jovens que referem ter adotado hábitos alimentares saudáveis 3. As entidades locais conhecem e integram os resultados do plano de redução da obesidade infantil nas suas práticas 1. Aumento da % de crianças abrangidas pela resposta de creche 2. Diminuição da % de crianças em lista de espera para creche 1. Nº de empregadores que introduziram alterações nas rotinas dos seus funcionários 2. Nº de famílias que afirmam conseguir uma melhor articulação entre a vida privada e a profissional; 3. Nº de empregadores que integra pelo menos uma medida da proposta 1. % de crianças e jovens que reconhecem melhorias no espaço urbano para o brincar/jogo livre e reconhecem que algumas das suas ideias e sugestões foram concretizadas. 2. % de famílias e entidades locais que referem garantir mais espaços e tempos de brincadeira/jogo nas suas dinâmicas/intervenções 3. Nº de documentos estratégicos de planeamento revistos para integrar o art31º da CDC 4. Nº e tipo de requalificações feitas no espaço público que integram as sugestões das crianças/jovens e famílias para garantir o direito ao Brincar/Jogo 5. Nº e % de crianças e jovens que reconhecem utilizar mais espaços públicos de lazer, ao ar livre por estes oferecerem melhores condições de convivência, jogo e brincadeira livre; 6. Há um mecanismo participativo para crianças/jovens e famílias identificarem barreiras ao jogo e ao brincar na cidade com propostas de melhoria 7. ver M72 de OO5.1.4 de OE5.1 - Medida: A Rua é Nossa" (Objetivo comum a OO1 de OE1.1 e a OO1 de OE2.1) 1. % de promotores de projetos/ações da CMC envolvidos 2. Nº e % de professores e famílias que reconhecem a importância das soft skills serem desenvolvidas e avaliadas nos contextos de aprendizagem formais 3. % de iniciativas da CMC que incorporam as avaliações e propostas das crianças e jovens 4. Os ambientes educativos das escolas envolvidas no projeto iTEC privilegiam a ação do aluno, favorecem a motivação, a criatividade e o envolvimento do aluno na construção individual ou coletiva do conhecimento. | <ul style="list-style-type: none"> - Através da qualificação e articulação das estruturas e respostas existentes nas áreas da Educação, Saúde e Família - Dando especial atenção às crianças em situação de exclusão e vulnerabilidades, conhecendo bem quem são, que necessidades e que recursos têm - Criando grupos de trabalho multisectoriais com um foco em objetivos e intervenções comuns - Promovendo respostas de saúde infantil mais alargadas e preventivas - Promovendo a articulação de respostas com enfoque na alimentação saudável - Reforçando a importância do direito ao brincar na cidade para o desenvolvimento das crianças e jovens - Procurando conhecer as necessidades e interesses das crianças/jovens e famílias para melhorar a conciliação entre a vida profissional e familiar para o seu bem-estar - Reduzindo o abandono e a retenção escolar - Procurando que a rede de creche seja qualificada e responda à procura, em todo o território concelhio - Melhorando a comunicação e interação entre escolas públicas e privadas - Promovendo tempos destinados a atividades lúdicas, de exploração de criatividade e de desenvolvimento pessoal e social - Abrindo a escola à comunidade - Melhorando as condições físicas do parque escolar concelhio - Utilizando nos contextos formais e não-formais, metodologias e estratégias que promovam o desenvolvimento das soft skills - Apostando nas atividades pós-letivas para o 2º e 3º ciclo |
|---|--|--|--|

| | | | |
|--|--|---|---|
| | | <p>5. Os alunos envolvidos no projecto iTEC piloto são "investigadores" ativos através da leitura, observação, realização de experiências científicas, organização de pesquisas, o uso de robôs, etc. para pesquisar, construir modelos, recolher dados, testar ideias e avaliar resultados.</p> <p>5. Os professores entendem que a abordagem iTEC melhorou a sua prática pedagógica e competências digitais</p> <p>6. Os professores e os alunos constataam que a abordagem iTEC desenvolveu nos alunos as competências para o Séc. XXI (aprendizagem autónoma, o pensamento crítico, a resolução de problemas do mundo real e a reflexão, a comunicação e a colaboração, a criatividade e a literacia digital)</p> <p>1. Nº de crianças em situação de exclusão abrangidas pelas medidas que consideram ter havido alteração significativa na sua qualidade de vida</p> <p>2. Nº de entidades locais/UO's da CMC que revêem as intervenções em função das medidas identificadas</p> <p>1. % de crianças/jovens e famílias que dizem estar satisfeito com as soluções de férias acessíveis</p> <p>2. Nº de entidades locais/UO's da CMC que aumentam/adaptam as respostas de férias acessíveis e inclusivas em função das necessidades identificadas</p> <p>1. Diminuição do Nº de famílias com crianças residentes em fogos de tipologia desadequada</p> <p>1. Nº de projetos adequados em função da CDC</p> <p>2. Nº de técnicos que ajustam as suas práticas em função da CDC</p> <p>1. Nº de obras concretizadas em edifícios escolares com participação das crianças/jovens no processo</p> <p>1. Nº de obras concretizadas de requalificação dos recintos exteriores escolares com a participação de crianças e jovens</p> <p>1. Nº de obras concretizadas em edifícios escolares para permitir confeção local e refeições escolares de melhor qualidade</p> <p>1. % de crianças e famílias que estão satisfeitas com as qualificações nas creches</p> <p>2. Aumento da valorização da 1ª infância por famílias e profissionais</p> <p>1. Nº de crianças que usufruem dos espaços escolares exteriores com a participação das crianças, docentes, não docentes e famílias</p> <p>2. % de crianças que considera as requalificações feitas uma mais valia para o seu dia a dia</p> | |
| <p>4. Cultura, Desporto, Tempos Livres, Lazer</p> | <p>OE4.1. Qualificar e adequar a oferta nas áreas da Cultura, Desporto, Tempos Livres e Lazer com a participação de crianças/jovens</p> | <p>1. Aumento do nº de crianças/jovens que têm acesso aos programas (todo o tipo de atividades), serviços e espaços (infraestruturas) previstos na área temática 4</p> <p>2. Aumento (avaliação) da % de crianças/jovens que demonstram satisfação face à oferta de serviços previstos na área temática 4</p> <p>3. % de crianças e jovens que reconhecem as suas necessidades identificadas de adequação da oferta e equipamentos como satisfeitas</p> <p>1. Redução da % de crianças/jovens em situação de exclusão dos espaços e ofertas previstos na área temática4</p> <p>1. Aumento de % da prática diária com base na CDC</p> <p>2. Aumento da capacitação dos recursos humanos</p> | <p>- Criando parcerias com os vários agentes desportivos locais (entidades internas e externas) para uma oferta mais alargada e acessível às crianças</p> <p>- Com base na auscultação e participação das crianças/jovens</p> <p>- Rentabilizando recursos</p> <p>- Aumentando a acessibilidade financeira às ofertas</p> <p>- Garantindo a existência de ofertas em todo o território municipal</p> <p>- Estando atento às necessidades das diferentes faixas etárias</p> <p>- Garantindo uma oferta, distribuída, equilibradamente ao longo do ano</p> <p>- Aumentando o conhecimento do património e equipamentos</p> <p>- Criando um suporte que interligue e promove as várias ofertas</p> <p>- Reforçar o lúdico e espaços de convívio para o património e equipamentos</p> |

| | | | |
|---|---|--|--|
| <p>5. Segurança, Mobilidade e Acessibilidade</p> | <p>OE5.1. Implementar medidas integradas de segurança, mobilidade e acessibilidade aplicadas ao Espaço Público</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. % de crianças/jovens no concelho que demonstram satisfação face Mobilidade e Acessibilidade no Concelho 2. Aumento do número de crianças/jovens que utilizam as ciclovias 3. Aumento das famílias que utilizam modos suaves 4. Aumento do número de crianças/jovens que utilizam o TP 5. Aumento dos níveis de participação - % de crianças/jovens participantes nas ações de sensibilização 1. % de crianças/jovens no concelho que demonstram satisfação face à Segurança Infantil 2. % de redução do nº de acidentes infantis 3. Aumento dos estabelecimentos de ensino público e privado que se inscrevem nas ações de sensibilização. 4. Aprovação do documento das MAP, para JI e EB do ensino público. 1. % de crianças/jovens no concelho que demonstram satisfação face ao Espaço Público 2. Aumento de crianças/ jovens a utilizar o Espaço público- % de crianças/jovens 1. Nº de crianças e jovens a utilizar o espaço 2. Nº de zonas urbanas vivenciadas | <ul style="list-style-type: none"> - Articulando com os Planos das Redes Locais nas áreas da segurança, mobilidade e acessibilidade - Promovendo a utilização de redes de ciclovias, rede de transportes públicos e espaço público - Promovendo a articulação entre redes de ciclovias, rede de transportes públicos e espaço público - Requalificando e reordenando o espaço pedonal nas áreas circundantes aos equipamentos escolares, espaços de utilização por crianças/jovens e atravessamentos - Promovendo a segurança infantil nos ambientes construídos - Requalificação integrada do espaço público |
| <p>6. Ambiente, Energia e Sustentabilidade</p> | <p>OE6.1. Contribuir para o bem-estar das populações e para a sustentabilidade dos espaços naturais</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento do número de famílias que utilizam os espaços naturais e centros de interpretação ambiental. 2. Melhoria dos resultados em relação a convenção dos direitos das crianças. 1. Melhoria dos resultados em relação a convenção dos direitos das crianças. 2. Aumento (%) do nº de projetos de voluntariado ambiental, dinamizados por serviços municipais e destinados a crianças/jovens; 3. Aumento (%) do nº de crianças/jovens que participaram nos projetos de voluntariado ambiental, dinamizados por serviços municipais; 4. Satisfação das crianças/jovens face aos projetos de voluntariado; 1. Melhoria dos resultados em relação a convenção dos direitos das crianças. 2. Aumento do nº de crianças/jovens a usufruírem dos espaços e atividades ambientais. 1. Melhoria dos resultados em relação a convenção dos direitos das crianças. 2. Aumento do número de crianças que tiveram acesso aos centros de interpretação ambiental de Cascais nos últimos 12 meses; 3. Aumento do nº de ações sobre a sustentabilidade ambiental e património natural de Cascais; 1. Melhoria dos resultados em relação a convenção dos direitos das crianças. 2. Aumento do nº de equipamentos adaptados 1. Melhoria dos resultados em relação a convenção dos direitos das crianças. 2. Aumento do nº de espaços iluminados com equipamentos mais eficientes. | <ul style="list-style-type: none"> - Articulando com os Planos das Redes Locais nas áreas da segurança, mobilidade e acessibilidade - Promovendo a utilização de redes de ciclovias, rede de transportes públicos e espaço público - Promovendo a articulação entre redes de ciclovias, rede de transportes públicos e espaço público - Requalificando e reordenando o espaço pedonal nas áreas circundantes aos equipamentos escolares, espaços de utilização por crianças/jovens e atravessamentos - Promovendo a segurança infantil nos ambientes construídos - Requalificação integrada do espaço público - Promovendo e potenciando a sua utilização pela população em geral - Promovendo diferentes formas de vivenciar-utilizar os espaços naturais - Promovendo e divulgando boas práticas ambientais - Promovendo a sensibilização para o desenvolvimento sustentável - Desenvolvendo atividades que contribuam para a perceção do que é o ambiente urbano - Aumentando o acesso aos espaços naturais, através de transportes públicos - Aumentando o conhecimento dos espaços naturais existentes no concelho |

Tendo em conta que a autarquia desenvolveu o seu documento estratégico global que se encontra plasmado no Plano Diretor Municipal (PDM), considerou-se de toda a pertinência perceber a articulação destes objetivos estratégicos com as áreas temáticas do PAL.

INTEGRAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO LOCAL NOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA CMC (PDM)

| EIXOS ESTRATÉGICOS DA CMC (PDM) | ÁREA TEMÁTICA PAL |
|--|---|
| I. CASCAIS, TERRITÓRIO COM QUALIDADE DE VIDA URBANA | 5. SEGURANÇA, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE |
| II. CASCAIS, TERRITÓRIO DE CRIATIVIDADE, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO | 1. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, STAKEHOLDERS E COMUNIDADE |
| III. CASCAIS, TERRITÓRIO DE VALORES AMBIENTAIS | 6. AMBIENTE, ENERGIA E SUSTENTABILIDADE |
| IV. CASCAIS, TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO | 3. FAMÍLIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO 4. CULTURA, DESPORTO, TEMPOS LIVRES, LAZER |
| V. CASCAIS, TERRITÓRIO DE CIDADANIA ATIVA | 2. GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO e COMUNICAÇÃO |

Globalmente, e pela leitura do quadro acima, julgamos que é claro que o PAL está articulado com o PDM em todas dimensões, o que significa que genericamente está alinhado com a estratégia de desenvolvimento do município e dá força à sua implementação.

Esta é apenas uma primeira reflexão, uma vez que deverá depois ser analisada em profundidade o cruzamento dos objetivos estratégicos e de que forma o próprio PDM deverá refletir o compromisso do município com os Direitos das Crianças e dos Jovens.

INTEGRAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO LOCAL NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –
AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO



O Município de Cascais decidiu comprometer-se publicamente com os princípios das Nações Unidas e trabalhar para a realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados, por unanimidade, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 25 de setembro de 2015, na elaboração de uma Estratégia Local que contribua para o cumprimento pleno dos mesmos (Fonte: <https://www.cascais.pt/cascais2030>).

Considerando que a iniciativa Cidades Amigas das Crianças preconiza uma abordagem local à qualidade de vida e ao bem-estar das crianças e jovens nas suas diferentes dimensões em relação com os seus Direitos, importa atualmente estabelecer a relação entre os ODS, a CDC e as Medidas do PAL e contribuir para a definição da Estratégia Local de Cascais para os ODS articulada com os Direitos da Criança.

Neste sentido, até ao final do primeiro trimestre de 2019, pretende-se ter como base o documento “Mapping the Global Goals for Sustainable Development and the Convention on the Rights of the Child (in UNICEF Child Friendly Cities and Communities Handbook, 2018), onde são relacionados cada um dos 17 ODS com os artigos da CDC, e incluir também uma matriz com a relação com as medidas do PAL 2018-2021.

Dimensão Operacional

De seguida apresenta-se o quadro resumo dos objetivos estratégicos e operacionais que foram construídos para cada área temática. Para uma análise mais completa da dimensão operacional recomenda-se a consulta do Anexo B.

| ÁREA TEMÁTICA | OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS | OBJETIVOS OPERACIONAIS | MEDIDAS |
|---|---|--|--|
| 1. Capacitação dos Profissionais, Stakeholders e Comunidade | OE1.1. Criar uma visão integrada e abrangente, sobre as crianças e jovens de Cascais, para decisões mais qualificadas | OO1.1. Promover o PAL e sensibilizar para a CDC | M1. Realização de sessões de sensibilização ao PAL e da CDC, a partir de 2019 M2. Capacitação (ações de formação, sensibilização e informação), entre 2018-2021, de grupos formais e informais de crianças/jovens, escolas e outras organizações públicas e privadas de Cascais, profissionais e famílias até 2021 |
| | | | M3. OP Jovem Cascais M4. "A Voz dos Jovens" Criação de Fóruns de discussão entre delegados de turma do ensino secundário e o executivo municipal M5. Criação e funcionamento, até 2021 de um Conselho Local das Crianças e Jovens para participação e discussão sobre políticas públicas que garantam os direitos da criança, em articulação com estruturas formais de participação nas escolas igual a OO2.1.2 (M10) de OE2.1 M6. Apoio à governação democrática das escolas (Assembleias de Escola, Sindicato das Crianças) |
| 2. Governança, Participação e Comunicação | OE2.1. Incorporar a perspetiva das crianças/jovens nas políticas municipais | OO2.1.1. Reforçar as oportunidades de participação da criança e do jovem na escola e na comunidade, para a defesa dos direitos da criança e para o exercício de uma cidadania democrática (Obj comum a OO4 de OE2.1) | M7. Plano Municipal para a Participação de Crianças e Jovens M8. Dias Abertos do Poder Local M9. Planeamento participado da cidade M10. Criação e funcionamento, até 2021, de um Conselho Local das Crianças e Jovens para participação e discussão sobre políticas públicas que garantam os direitos da criança, em articulação com estruturas formais de participação nas escolas |
| | | OO2.1.2. Aproximar, até 2021, os cidadãos dos 0-18 anos dos seus representantes e de uma governança local colaborativa | M11. Definição da responsabilidade pelo sistema de monitorização e avaliação; M12. Definição de um sistema de monitorização e avaliação M13. Diagnóstico local da situação das crianças/jovens do município; M14. Preparação de relatório interno de monitorização, semestralmente M15. Recolha sistemática a partir de 2020, de informação estatística e qualitativa de caracterização local do grupo etário |
| | OE2.2. Garantir a Gestão do Mecanismo de Coordenação (MC) e Apropriação PAL | OO2.2.1. Implementação, pelo MC, a partir de 2018, do Sistema de Avaliação do PAL; | M16. Realização de sessões de sensibilização do PAL - Cascais e da CDC, a partir de 2019 M17. Capacitação (ações de formação, sensibilização e informação), entre 2018-2021, de grupos formais e informais de crianças/jovens, escolas e outras organizações públicas e privadas de Cascais, profissionais e famílias até 2021 M18. Incorporação do PAL, nos documentos estratégicos e operacionais, pelo menos nas organizações que integram o MC e outras redes com responsabilidade na Infância-Juventude, a partir de 2019 M19. Fórum para os Direitos das Crianças e Jovens de Cascais com participação e as perspetivas das crianças e jovens |
| | | OO2.2.2. Promover o PAL e sensibilizar para a CDC | M20. Gestão da implementação do PAL pelo MC com a participação das crianças/jovens M21. Definição e gestão da comunicação interna sistemática do MC - indicadores |
| | | OO2.2.3. Gestão sistemática e participada da implementação do Plano de Ação Local pelo | |

| | | | |
|------------------------------------|---|--|---|
| | | MC, com as crianças e jovens | |
| | OE2.3 Promover a comunicação e o conhecimento do PAL e dos Direitos das Crianças | OO2.3.1. Até 2020 a comunicação municipal destinada à faixa etária entre os 0 e os 18 anos é acessível e adequada | M22. Criação de instrumentos de comunicação/informação sobre o Município com linguagem e informação adequadas à população entre os 0 e os 18 anos M23. Elaboração de recursos e materiais de pedagógicos do Programa Cidades Amigas das Crianças - Cascais |
| | | OO2.3.2. Garantir a comunicação externa do Plano de Ação Local e do programa | M24. Plano de comunicação do Programa e do PAL com a comunidade |
| 3. Família, Saúde, Educação | OE3.1. Contribuir para o desenvolvimento integral e o bem-estar da criança/jovem | OO3.1.1. Reforçar ações e projetos para crianças, jovens e famílias de promoção da saúde em áreas identificadas como prioritárias | M25. Reforço das respostas locais na área da saúde mental infantil e da sua articulação M26. Reforço da oferta de ações de promoção da saúde com enfoque na atividade física, consumo de tabaco, álcool e outras substâncias psicoativas M27. Reforço da oferta de ações com enfoque na alimentação saudável, |
| | | OO3.1.2. Promover respostas de conciliação entre a vida familiar e profissional | M28. Reforço da cobertura da rede de creche M29. Conhecimento das necessidades de conciliação entre a vida familiar e profissional das famílias no respeito pelo superior interesse da criança |
| | | OO3.1.3. Desenvolver e implementar uma estratégia local para a salvaguarda do Artº 31 da CDC | M30. Reforço da oferta de espaços escolares abertos à comunidade M31. Grupo de trabalho multisectorial para levantamento e identificação dos recursos, das necessidades e das oportunidades existentes para a realização do artigo 31º da Convenção dos Direitos da Criança com a participação das crianças e jovens M32. Definição e identificação de uma estratégia local para a salvaguarda do art. 31º da CDC com a participação das crianças e jovens M33. Implementação, monitorização e avaliação da estratégia local para a salvaguarda do art. 31º da CDC com a participação das crianças e jovens M34. OO de OE5.1 - Medida: A Rua é Nossa" |
| | | OO3.1.4 Reforçar as oportunidades de participação da criança e do jovem na escola e na comunidade, para a defesa dos direitos humanos e para o exercício de uma cidadania democrática (Objetivo comum a OO1 de OE2.1) | M35. OP Jovem Cascais M36. " A Voz dos Jovens " - Criação de Fóruns de discussão entre delegados de turma do ensino secundário e o executivo municipal M37.Criação e funcionamento, até 2021 de um Conselho Local das Crianças e Jovens M38. Apoio à governação democrática das escolas |
| | | OO3.1.5. Valorizar e incentivar programas, projectos e acções que promovem o desenvolvimento das soft skills numa diversidade de contextos e interesses individuais | M39. Implementação de uma estratégia concertada no município para a promoção e valorização das competências não académicas e as soft skills em contextos formais e não-formais |
| | | OO3.1.6. Garantir o compromisso do PAL com a inclusão e não-discriminação de todas as crianças e jovens de Cascais | M40. Elaboração de um plano de ação sobre crianças e jovens em situação de exclusão e discriminação no concelho de Cascais com base no estudo elaborado M41. Implementação, monitorização e avaliação do plano de ação sobre crianças em situação de exclusão e discriminação no concelho de Cascais M42. Elaboração, entre 2018- 2019, de estudo com propostas de ação, sobre soluções de férias acessíveis e inclusivas para todos |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | <p>M43. Conhecimento da ocupação dos fogos municipais em agregados familiares com crianças</p> <p>M44. Apropriação da CDC pelas equipas com reflexo nas práticas e intervenção da Cascais Envolvente</p> |
| | | OO3.1.7. Qualificar e humanizar as creches, os jardins de Infância e as escolas com a participação das crianças, jovens e comunidade | <p>M45. Obras de Requalificação nos Edifícios escolares, incluindo acessibilidades</p> <p>M46. Obras de Requalificação dos recintos exteriores escolares com a participação de crianças e jovens</p> <p>M47. Obras de Requalificação nas Copas e refeitórios dos Edifícios Escolares</p> <p>M48. Qualificação da resposta creche</p> <p>M49. Humanização dos espaços educativos</p> |
| 4. Cultura, Desporto, Tempos Livres, Lazer | OE4.1. Qualificar e adequar a oferta nas áreas da Cultura, Desporto, Tempos Livres e Lazer com a participação de crianças/jovens | OO4.1.1. Melhorar e adequar a oferta e das acessibilidades das áreas da Cultura/Desporto/Tempos Livres/Lazer com participação de crianças e jovens | <p>M50. Avaliação da comunicação e da oferta das áreas de cultura/desporto/tempos livres/lazer</p> <p>M51. Adequação da linguagem e acessibilidade da comunicação da oferta, serviços e equipamentos</p> <p>M52. Adequação dos acessos físicos aos equipamentos</p> <p>M53. Adequação da oferta existente em função da avaliação das áreas Cultura/Desporto/Tempos Livres/Lazer</p> <p>M54. Criação de opções de acesso diferenciado nas áreas da cultura</p> |
| | | OO4.1.2. Implementar um programa de formação para toda a equipa técnica da área temática 4, sobre a Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) | <p>M55. Avaliação dos conhecimentos da equipa (Comum a OE1, 1.1)</p> <p>M56. Ações de formação sobre a CDC</p> |
| 5. Segurança, Mobilidade e Acessibilidade | OE5.1. Implementar medidas integradas de segurança, mobilidade e acessibilidade aplicadas ao Espaço Público | OO5.1.1. Incentivo do uso do transporte público e dos modos suaves nas deslocações. | <p>M57. Aumento da rede de ciclovias previstas no PDM nas unidades de execução e loteamento</p> <p>M58. Implementação (projeto e obra) da rede de ciclovias prevista no Mobicascais na restante área do concelho</p> <p>M59. Elaboração do projeto da Ciclovia Urbana de S. João do Estoril a Carcavelos</p> <p>M60. Criação de complemento das BiCas</p> <p>M61. Ações de sensibilização de incentivo ao uso do Transporte Público e Modos Suaves</p> <p>M62. Estudo de apoio à inserção do Corredor de Transporte Público em Sitio Próprio (TPSP) do eixo de ligação entre a Parede e a Abóboda (Eixo 8)</p> <p>M63. Inquérito das rotinas de deslocação casa-escola-casa da comunidade escolar</p> |
| | | OO5.1.2. Promoção da segurança infantil e juvenil | <p>M64. Introdução de alterações ao RUEM no âmbito da segurança dos edifícios e espaços exteriores (guardas)</p> <p>M65. Centro Municipal de Cidadania Rodoviária, orientado para a educação e segurança rodoviária</p> <p>M66. Criação de uma Escola Municipal de Proteção Civil</p> <p>M67. Levar à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) para aprovação, as medidas de autoproteção (MAP) para cada JI e EB do ensino público</p> <p>M68. Promoção de policiamento nas áreas envolventes às escolas</p> |
| | | OO5.1.3. Requalificação do espaço público com participação das crianças e jovens. | <p>M69. Requalificação dos percursos pedonais nas áreas circundantes aos equipamentos escolares, espaços de utilização por crianças e jovens</p> <p>M70. Requalificação do espaço público criando zonas de estadia e vivência urbana</p> <p>M71. Qualificação de bolsas de paragem automóvel para tomada e largada de crianças junto dos equipamentos escolares</p> |
| | | OO5.1.4. Incentivar a vivência da rua / bairro. (comum a OE3.1, OO3) | <p>M72. Implementação da iniciativa "A Rua é Nossa" .(comum a OE3.1, OO3)</p> |
| 6. Ambiente, Energia e | OE6.1. Contribuir para o bem-estar das populações e | OO6.1.1. Elaboração, por serviços municipais, de um Plano para a | <p>M73. Elaboração de diagnóstico (mobilidade e acessibilidade);</p> <p>M74. Identificação de rotas, transversais a todas as freguesias e zonas naturais de interesse;</p> <p>M75. Implementação, avaliação e monitorização;</p> |

| | | | |
|-------------------------|--|---|--|
| Sustentabilidade | para a sustentabilidade dos espaços naturais | Implementação de uma Rota de Transportes Públicos que interligue as zonas naturais, residenciais e escolares, a partir de 2019 | M76. Planeamento de rotas para as zonas naturais “Natural Bus”, transversais a todas as freguesias. |
| | | OO6.1.2. Potenciar o n.º de projetos de voluntariado ambiental, dinamizados por serviços municipais e destinado a crianças/jovens, a partir de 2018 | M77. Potenciar os programas já existentes – maior divulgação nos meios de comunicação; M78. Implementar um novo programa para jovens dos 11-15 anos. |
| | | OO6.1.3. Comunicação e divulgação, a partir de 2018, em conjunto com as várias organizações promotoras, de todos os projetos ambientais existentes no concelho | M79. Renovação do site Cascalitos para a divulgação de projetos locais, eventos e conteúdos temáticos M80. Criação de aplicação digital sobre os espaços de Cascais “Guia de Visita” M81. Maior interatividade com a comunidade (promover) potenciar os diferentes suportes de comunicação – sites, muppis, brochuras, etc |
| | | OO6.1.4. Aumento da consciencialização sobre os assuntos ambientais, sustentabilidade e património natural | M82. Promoção e dinamização de “Laboratórios Ambientais”, envolvendo os diferentes Departamentos municipais, promovendo os seus serviços e realizando “workshops” temáticos. M83. Potencializar o PESA e as atividades da natureza |
| | | OO6.1.5. Promover o aumento do n.º equipamentos de recreio e lazer nos espaços naturais. | M84. Elaboração de diagnóstico M85. Identificação dos locais a interencionar |
| | | OO6.1.6. Promoção da redução do consumo energético (Pegada Ecológica) | M86. Alteração da iluminação dos espaços públicos M87. Promover ações sobre a sustentabilidade energética |

Em resumo:

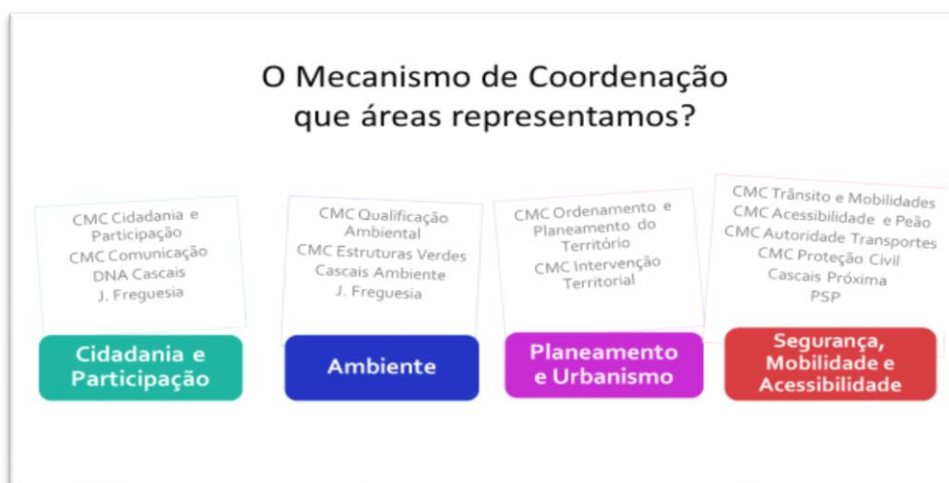


Governança

A elaboração deste documento e de todo o processo que lhe deu origem durante os últimos 6 meses é da responsabilidade do Mecanismo de Coordenação (MC) do Programa em Cascais. Esta equipa formalizou-se em Janeiro de 2017 e conta atualmente com 40 elementos.

O arranque inicial e acompanhamento foram impulsionados pela Divisão de Planeamento e Gestão de Rede (DPGR) do Departamento de Educação e Desporto da CMC, sendo que se tinha previsto inicialmente um grupo de 15-20 pessoas. No entanto, e consequência da excelente receptividade que todos manifestaram ao Programa ao longo das sessões de apresentação realizadas, o grupo inicial foi sugerindo a inclusão de mais elementos que consideraram pertinentes para a qualidade do trabalho final.

Os critérios que estiveram na base da escolha dos serviços da autarquia e das instituições externas, prenderam-se com a relevância e impacto mais direto da sua intervenção no bem-estar e qualidade de vida das crianças e jovens, procurando envolver desde o início uma diversidade de áreas que refletissem uma perspetiva integrada sobre a Criança e permitissem um trabalho articulado de raiz:



Considerou-se ainda a inclusão dos próprios protagonistas de todo este processo, as Crianças e os Jovens, mas sentimos que nós próprios, enquanto equipa, ainda precisávamos de mergulhar bastante em todas as dimensões dos Direitos da Criança e o que eles implicam na nossa prática profissional diária. Além disso, fez-nos sentido poder desenvolver um trabalho mais estruturado com estas faixas etárias mais à frente, através da criação de mecanismos formais de participação.

Tendo em conta que os Planos não podem ser documentos estáticos e devem responder às dinâmicas que se vão gerando na sua implementação, a própria composição do Mecanismo de Coordenação poderá vir a sofrer alterações na sua composição para, por exemplo, passar a incluir as crianças e jovens.

Temos presente que este não é um número fácil para um grupo de trabalho que requer muita discussão e reflexão, muita mobilização e consensualização de questões-chave. Assim, o funcionamento desta equipa foi organizado em duas fases:

- I. **Durante a elaboração do Plano de Ação Local (PAL):** a coordenação do processo foi assegurada pelo Coordenador Formal e pela equipa da DPGR; o processo foi sendo desenvolvido com a participação de todos através de uma série de reuniões / trabalho em pequenos grupos/ trabalho individual, de acordo com o seguinte esquema:



- II. **Implementação, Monitorização e Avaliação do PAL** – a partir da aprovação do PAL a equipa pretende organizar-se para a sua implementação através da criação de um grupo executivo de cerca de 15 pessoas que assuma a concretização do PAL, e de um grupo alargado de discussão que vai sendo consultado e dando *inputs*, mantendo pelo menos os 40 elementos que já compõem o MC. Passa também a estar assumido um elemento que assegura a Coordenação técnica de todo o processo e equipas.

A definição dos elementos que compõem estes grupos e a sua forma de organização será decidida em Mecanismo de Coordenação, após reflexão conjunta. Julgamos conveniente a criação de pequenos grupos de trabalho com ligação a cada uma das áreas temáticas do PAL para melhor acompanhar e dinamizar a execução dos objetivos propostos.

Prevê-se que os elementos do grupo executivo/secretariado sejam também os elementos responsáveis pelas áreas temáticas, garantindo assim uma articulação mais eficaz entre todos os grupos de trabalho.

Segue abaixo a identificação de todos os elementos, serviços e instituições que constituem o MC em Cascais, com a ressalva de que esta equipa não é estática e que alguns dos elementos com quem se iniciou este processo já não estão presentes ou assumiram funções noutras unidades orgânicas (CMC) e que outros entraram entretanto no MC. Assim, a lista abaixo engloba o período de 2017-2018.

MECANISMO DE COORDENAÇÃO

| Elementos da CMC | |
|---|---|
| Miguel Arrobas | Coordenador Formal do Programa C.A.C. em Cascais Diretor Municipal da Coesão e Capacitação Social |
| Ana Almada | Departamento de Educação |
| Ana Sofia Silva | Divisão de Qualificação Ambiental |
| Beatriz Brandão | Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede |
| Elsa Saraiva | Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão |
| Catarina Aleluia | Divisão de Promoção e Animação Cultural/Fundação D. Luís I |
| Célia Gonçalves | Divisão de Estudos e Projetos |
| Cláudia Marques | Divisão de Animação e Promoção Cultural |
| Cristina Seco | Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos |
| Cristina Santos | Divisão de Trânsito e Mobilidade |
| Daniel Valente/ Ana Rita Rodrigues | Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território |
| Filipa Bom | Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão |
| Isabel Dias/Joana Sousa/Sofia Rodrigues | Divisão Apoio Pedagógico e Inovação Educativa |
| Joana Fernandes/Adélia Matos | Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes |
| Joana Ventura | Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão |
| João Barros | Divisão de Estudos e Projetos |
| João Palma | Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território |
| Joaquim Gomes | Divisão de Gestão da Estrutura Verde |
| Lara Sá | Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização |
| Luís Cecílio/Carlos Mata | Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização |
| Maria João Silva | Divisão de Marca e Comunicação/atualmente DED |
| Marta Silvestre | Divisão de Marca e Comunicação |
| Manuela Madeira/Cláudia Fernando | Divisão de Juventude |
| Miguel Narciso | Divisão de Cidadania e Participação |
| Maria José Ramalho | Departamento de Gestão Territorial – Gabinete de Coordenação e Gestão |
| Marina Cruz | Divisão de Administração e Gestão Educativa |
| Neuza Gonçalves | Divisão de Intervenção Social |
| Patrícia Gago | Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede |

| | |
|--|--|
| Sara Dias/M ^a João Gonçalves | Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território |
| Sara Silva | Divisão de Marca e Comunicação/atual Chefia Div. Juventude |
| Sílvia Duarte | Divisão de Cidadania e Participação |
| Tânia Prudêncio | Divisão de Promoção da Saúde |
| Vânia Fialho | Divisão de Desporto |
| Vanda Reis | Divisão de Desenvolvimento de Recursos Sociais |
| Elementos da CMC - Empresas Municipais | |
| Ana Rodrigues | Cascais Ambiente |
| Cristina Vasconcelos | Cascais Próxima |
| Elsa Ferreira | Cascais Envolvente |
| Inês Seabra | Cascais Envolvente |
| Rodrigo Castro | DNA Cascais |
| Elementos de outras Entidades do Concelho de Cascais | |
| Ana Paula S. Uva Isabel Couto Hortênsia Gouveia | ACES – Cascais |
| Angelina Ribeiro /M ^a Fátima Rocha | PSP |
| Célia Rebelo /Ana Zina | CPCJ Cascais |
| Fernanda Gonçalves/Bruno Bernardes | J. Freguesia S. Domingos de Rana |
| Isabel Godinho | J. Freguesia Alcabideche |
| José Batalha/Judite Paulo | Federação das Associações de Pais - Cascais |
| Cláudia Altas/Sónia Soares | União de Freguesias Carcavelos-Parede |
| Manuela Correia | CPCJ Cascais |
| Rita Serra Coelho Paula Sousa Isabel Santos Sónia Pereira | União de Freguesias Cascais-Estoril |

Monitorização e Avaliação

A elaboração do sistema de monitorização do PAL foi um processo de aprendizagem longo e nem sempre pacífico. Afinal de contas, definir resultados e indicadores de impacto com a lente dos Direitos da Criança não é exatamente matéria que qualquer um de nós no MC dominasse!

Com a preocupação de, de facto, responder ao desafio da iniciativa Cidades Amigas das Crianças, e iniciar uma articulação local com o foco na CDC, optou-se por recorrer a uma consultora independente para os Direitos das Crianças para uma formação que nos ajudasse a refletir a importância da avaliação e da monitorização e concretizar um sistema que nos permitisse aferir o impacto das medidas definidas.

Este processo levou alguns meses, muitos encontros de trabalho, muitas dúvidas, muitas revisões e, de reunião em reunião, muitas aprendizagens e discussões que tiveram um benefício indireto de obrigar a equipa a apropriar-se dos objetivos e medidas propostos, de obrigar a articulações entre colegas que nunca se tinham cruzado, e de ganhar uma noção mais realista sobre as implicações do Programa Cidades Amigas das Crianças.

O sistema de avaliação adotado foi baseado no SISTEMA DE AVALIAÇÃO INTEGRADA (SAI). Por definição, sistema é um conjunto de partes, dependentes umas das outras. Ora **o Sistema de Avaliação Integrada (SAI)** do Plano de Ação Local (PAL) é um conjunto ordenado e interligado de elementos obrigatórios em matéria avaliação - análise, criado **com a intenção de:**

- a) garantir a qualidade do desenho lógico do planeado;
- b) a adequabilidade face às necessidades e tendências;
- c) a necessidade de prestar contas – *accountability* - aos cidadãos em geral e a todos os envolvidos no plano.

Designa-se um **sistema de avaliação integrada porque** intervém não só ao nível do planeamento operacional, avaliando a dimensão operacional do planeado (objetivos; ações, recursos, como atua ainda na dimensão **estratégica**, avaliando o alcançar dos objetivos estratégicos, mas também contribuindo para a formulação estratégica (áreas ou eixos temáticos a intervir e objetivos estratégicos), garantindo assim a renovação contínua dos Planos e a continuidade entre pensamento e delineação estratégica e operacional.

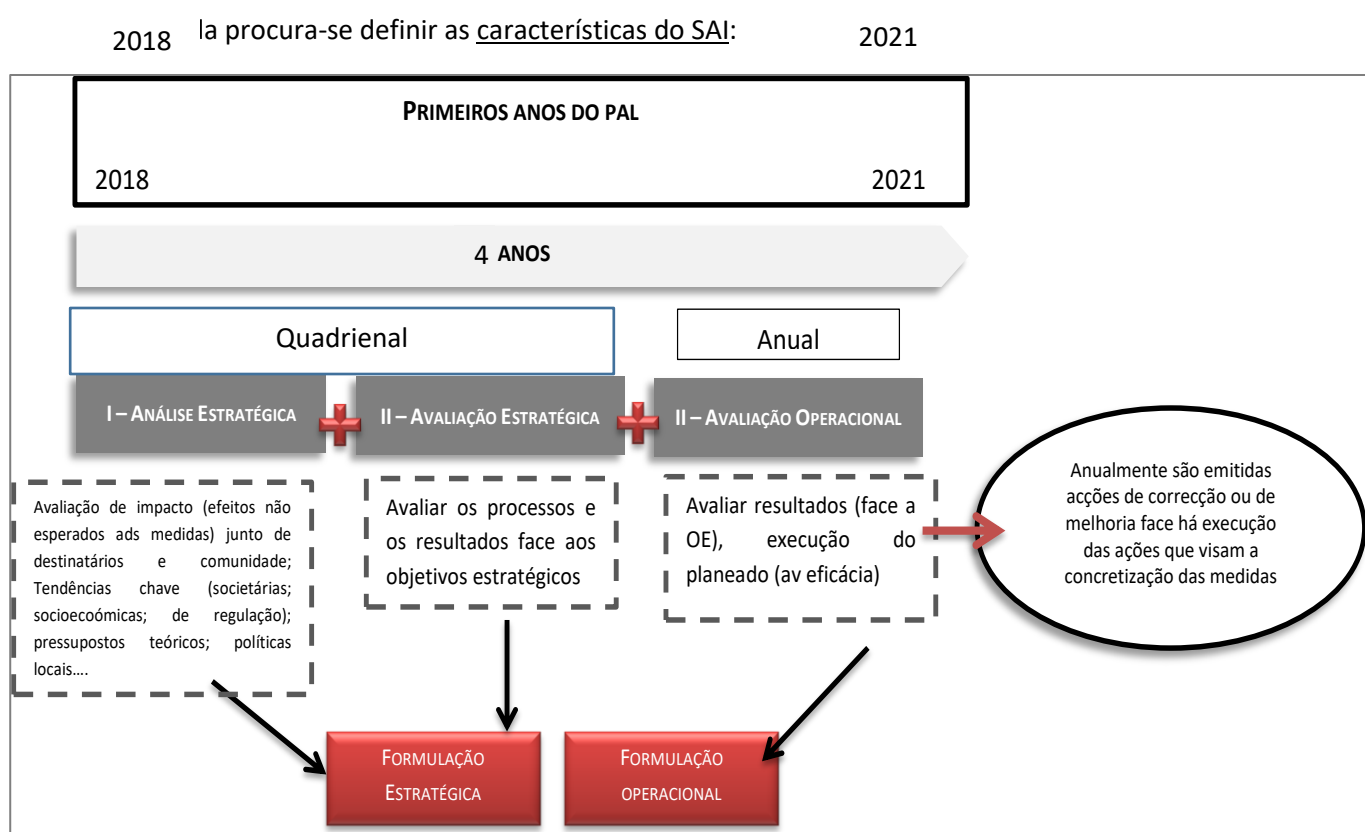
Com a sua existência o SAI procura assegurar que:

- Existe uma atualização periódica (de 4 em 4 anos) do diagnóstico ou análise estratégica, com vista à elaboração de novo Plano;
- Há um alinhamento entre o planeamento estratégico e o operacional;
- A formulação estratégica (áreas ou eixos temáticos e objetivos estratégicos) nasce de uma análise ou diagnóstico da situação externa e interna no que respeita à Convenção dos Direitos das Crianças;

- Existe uma maior probabilidade de qualidade no planeado;
- Coexistem diferentes tipologias de avaliação;
- São pensados tempos específicos para as diferentes atividades de avaliação-análise;
- Que serão envolvidas diferentes partes interessadas, mas de forma diferenciada;
- Existem instrumentos capazes de materializar cada etapa e coerentes com o que se pretende.

É também um sistema, pois implica uma série de partes, dependentes umas das outras. Veja-se um possível ciclo de avaliação integrada:

Ciclo de Avaliação Integrada



QUAL O OBJETO OU ALVO? O Plano de Ação Local (PAL)

O QUE SE PRETENDE? Que esteja garantida a qualidade do PAL, ou seja, que ele permita efetivamente levar o território de Cascais a melhorar a sua performance no que toca aos direitos das crianças.

O sistema pode contribuir para que:

- a) não esqueçamos o conhecimento que se vai produzindo e a atuação na área da infância;
- b) as ações de melhoria e correção face ao anualmente executado, bem como

c) a opinião de alguns *stakeholders*.

QUEM PROMOVE? A Câmara Municipal de Cascais, através do Mecanismo de Coordenação (MC) do PAL

A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE? Ao MC, pois cabe-lhe o desenho inicial, a gestão (organizar, coordenar) e a alimentação do sistema.

QUAL A NATUREZA DA AVALIAÇÃO?

A avaliação proposta é de:

- **Execução** – concretizado face ao planeado ou número de medidas realizadas
- **Processo ou reação** – Satisfação dos Clientes, Colaboradores, Parceiros
- **Resultados** – indicadores para objetivos operacionais

TIPO DE AVALIAÇÃO: Interna (assegurada pelo MC) on going (anual), final (4 em 4 anos)

PERIODICIDADE:

- Monitorização semestral
- Anual, no final de cada ano civil, para avaliação operacional
- De quatro em quatro anos, para análise e avaliação estratégica

DOCUMENTOS A PRODUZIR:

- Relatório de Avaliação Operacional do PAL ou Relatório de Monitorização do PAL
- Relatório de Avaliação Final do PAL
- Documento de Planeamento Estratégico

TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS:

- Entrevistas por guião;
- Inquérito por questionário;
- Análise documental;
- Metodologias visuais, narrativas, *focus groups*, entre outros a definir

INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS: A definir posteriormente.

PARTICIPANTES E PAPEL

- CMC - definição do modelo; recolha, tratamento e análise de informação; devolução da informação em forma de relatório; validação do relatório.
- MC: envio de informação; recolha e análise de informação; devolução da informação em forma de relatório.

DESTINO DA AVALIAÇÃO:

- Para quem:
 - Cidadãos concelhios: crianças/jovens e população em geral;
 - UNICEF;
 - Decisores locais (executivo);
 - Membros do MC;
 - Entre outros.
- Forma – documental escrita; story telling quadrienal para crianças/jovens

INDICADORES E FONTES DE VERIFICAÇÃO: (consultar anexo B e E).

Existem algumas premissas importantes na implementação do sistema:

- Avaliar é um ciclo de melhoria contínua

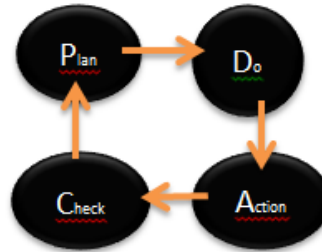


Figura – Ciclo Melhoria Contínua
Fonte: criação própria

- Conta-se com a alimentação por parte de diversas organizações;
- É liderado pela Coordenação técnica com o MC.

Nas tabelas que poderão ser consultadas no Anexo E estão descritos os indicadores de impacto em relação com cada área temática e os resultados esperados. São também indicados os respetivos responsáveis pela recolha e as fontes de informação. Considerou-se, para já, que a periodicidade da recolha será semestral para a monitorização e anual para a avaliação, mas tendo presente que esta periodicidade será afinada após o 1º semestre a 1 ano de implementação do PAL. Da mesma forma, neste período será também possível indicar a desagregação dos dados recolhidos em função de variáveis a definir e as metas associadas.

Esta decisão fez sentido à equipa, não só porque foi possível chegar à descrição detalhada da monitorização e da progressão do trabalho com a lente dos Direitos da Criança, mas também porque pretendemos ter uma 1ª etapa de implementação do PAL (4-5 meses após entrega da versão final) que é essencialmente de organização e preparação da gestão das medidas e da sua avaliação, quer para cada área temática, quer para o Plano no conjunto.

Anexos

- A. Diagnóstico Local do Município de Cascais
- B. Mapa global da dimensão operacional do PAL
- C. Anexo 1 do Diagnóstico Local – Listagem de Projetos das Entidades representadas no MC
- D. Anexo 2 do Diagnóstico Local - Listagem de Instituições internas e externas de Cascais
- E. Monitorização/Avaliação